



A construção de ações educativas na prevenção do abuso sexual na infância

The construction of educational actions in the prevention of sexual abuse in childhood

 Érica de Souza Paixão

Mestre

Universidade Presbiteriana Mackenzie

São Paulo, São Paulo – Brasil.

er.souza165@gmail.com

 Maria de Fátima Ramos de Andrade

Pós-doutorado

Universidade Presbiteriana Mackenzie

São Paulo, São Paulo – Brasil.

mfrda@uol.com.br

 João Clemente de Souza Neto

Pós-doutorado

Universidade Presbiteriana Mackenzie

São Paulo, São Paulo – Brasil.

j.clemente@uol.com.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo investigar, no campo da educação, as políticas públicas direcionadas à prevenção e à proteção da criança no contexto escolar do município de Caieiras (SP). Para a realização do estudo, partimos de uma abordagem qualitativa, tendo como referencial teórico a concepção de infância à luz dos estudos de Willian Corsaro, que compreende a infância como um conceito socialmente construído. Para refletirmos sobre a violência infanto-juvenil, utilizamos as concepções de Minayo que define a violência contra a criança como todo ato de omissão, seja de instituições, de pais, de parentes e de outras pessoas que possam causar danos físicos, psicológicos e sexuais às crianças e aos adolescentes. Os desafios encontrados, de acordo com a equipe gestora, foram a falta de formação dos professores e as objeções de alguns pais, quando a temática foi proposta.

Palavras chave: prevenção; abuso sexual infantil; educação.

Abstract: This article aims to investigate, in the field of education, public policies aimed at the prevention and protection of children in the school context of the municipality of Caieiras (SP). To carry out the study, we started from a qualitative approach, having as theoretical reference the conception of childhood in the light of the studies of Willian Corsaro, who understands childhood as a socially constructed concept. To reflect on child and youth violence, we use Minayo's conceptions that define violence against children as every act of omission, whether from institutions, parents, relatives and other people that may cause physical, psychological and sexual harm to children and adolescents. In the field research, we interviewed two psychologists, a pedagogical director responsible for the educational sector of the municipality and five principals working in elementary school.

Keywords: prevention; child sexual abuse; education.

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

PAIXÃO, Érica de Souza; ANDRADE, Maria de Fátima Ramos de; SOUZA NETO, João Clemente. A construção de ações educativas na prevenção do abuso sexual na infância. *Dialogia*, São Paulo, n. 43, p. 1-20, e23008, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/43.2023.23008>.

American Psychological Association (APA)

Paixão, É. de S., Andrade, M. de F. R., & Souza Neto, J. C. (2023, jan./abr.). A construção de ações educativas na prevenção do abuso sexual na infância. *Dialogia*, São Paulo, 43, p. 1-20, e23008. <https://doi.org/10.5585/43.2023.23008>.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 garantem aos cidadãos os direitos à segurança, ao lazer, à educação, à participação na sociedade, à dignidade, à cultura e à vida, entre outros. Infelizmente, devido à falta de investimento e de criação de políticas públicas, não é possível garantir esses direitos a todas as crianças brasileiras. É comum os noticiários relatarem casos de violências contra jovens e de abuso sexual infantil, com poucas alternativas para a diminuição dos efeitos e poucas ações com a prevenção. Este trabalho procura refletir sobre essas violências que, segundo o Ministério da Saúde (1997), constituem um fenômeno provocado pelos processos sociais que pode levar grupos, instituições e sociedade a se agredirem. Essa violência, denominada “estrutural”, está apoiada na desigualdade social e se manifesta nas relações de dominação racial, familiar e ética. Podemos observar que a exploração e o abuso sexual infantil tendem a estar diretamente ligados à violência estrutural e familiar. Quando o abuso sexual ocorre, muitos direitos são negligenciados, principalmente, com crianças em situação de vulnerabilidade.

O objetivo do presente estudo foi investigar uma proposta de prevenção e de proteção da criança no contexto escolar de um município localizado no Estado de São Paulo. O artigo está organizado da seguinte forma: primeiramente, apresentamos o conceito de criança com base nos estudos de Corsaro. Na sequência, refletimos sobre o que é violência familiar e o abuso sexual infantil à luz do pensamento de Minayo, Azevedo, Rocha e Gabel. Na segunda parte, apresentamos os dados gerados na pesquisa de campo que foram organizados e analisados a partir de três categorias: o projeto, a escola e a formação docente; o projeto e a família; e o projeto e a criança. Por último, tecemos algumas conclusões a respeito do estudo realizado.

Criança, violência intrafamiliar e o abuso sexual infantil

Toda política pública direcionada à criança deveria explicitar em suas diretrizes qual o conceito de infância que defende. Como a nossa intenção foi analisar uma proposta de prevenção e de proteção da criança no contexto escolar, iniciamos o texto apresentando o conceito de criança que orientou este trabalho.

Para a realização da pesquisa, em especial, para a definição do que é criança e infância, nos apoiamos nos estudos da infância de Corsaro (2011). O autor, ao discutir o conceito de infância, aponta que deveríamos entendê-la como uma construção social. Para o autor, as crianças deveriam ser vistas como agentes sociais, ativos, criativos. Elas produzem as suas próprias culturas e, simultaneamente, contribuem para a elaboração da cultura da sociedade adulta.

Com relação ao processo de socialização, o autor compreende a criança como o resultado de ações coletivas entre crianças e adultos e entre crianças e seus pares e, também, como uma internalização de conhecimentos adultos. De acordo com Corsaro, é por meio da negociação com adultos e da sua produção criativa que a criança contribui ativamente para a reprodução da infância na sociedade.

Para o autor, o termo reprodução está relacionado à ideia de que as crianças, além de internalizarem a sociedade e a cultura, colaboram e participam ativamente para a produção e mudanças culturais. Esta perspectiva de estudo é denominada como reprodução interpretativa.

Desta forma, a socialização não é apenas uma questão de adaptação e internalização, de acordo com o autor, a socialização é um processo de “apropriação, reinvenção e reprodução” (CORSAO, 2011, p.31). A ideia de uma nova visão de infância deu origem a muitos estudos, que visualizam a criança como sujeito e não como objeto de pesquisa. Resumidamente, a presente pesquisa reflete o interesse de ver a criança como sujeito de direito e cidadã.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) define o abuso sexual infantil como violação dos direitos humanos que fere o direito à dignidade, à liberdade, à convivência familiar e a uma vida sexual saudável, em seu Artigo 227 e na Constituição (1988) no parágrafo quarto que prevê: “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”.

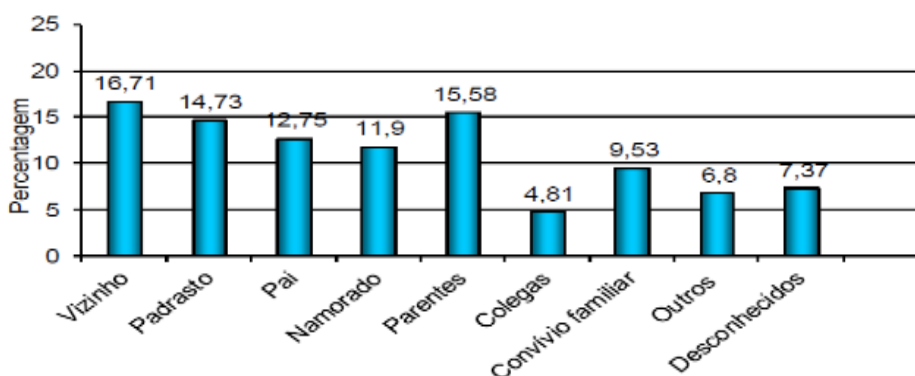
De acordo com Rocha (2004), o abuso sexual infantil é o ato sexual que envolve um agressor, com capacidade ou desenvolvimento psicosssexual mais avançado que a criança ou adolescente. Dessa forma, o agressor obtém satisfação e prazer sexual. Pode ser em uma relação homossexual ou heterossexual. A autora afirma também que, no caso do abuso sexual, é uma violência pouco notificada, visto que ainda é considerada tabu, com o agravante de que, em muitos casos, não há evidências de violência física, porém há o envolvimento psicológico.

Para Minayo (2002), a violência pode ser definida por meio de efeitos operacionais, como o uso de força com vistas à exclusão, um abuso ou aniquilamento do outro, seja ele pertencente a um grupo específico, um grupo determinado ou um segmento social. Ela pode ser classificada em três eixos: violência estrutural, delinquência e violência doméstica. Para a autora, a violência contra crianças e adolescentes pode ser definida como “todo ato ou omissão de pais, parentes e outras pessoas e instituições capazes de causar danos físicos, sexuais e/ou psicológicos à vítima. [...] Implica uma coisificação da infância, uma negação do seu direito” (2002, p. 95).

Brino (2006) analisa o abuso sexual como um fenômeno coercivo em três esferas: a física, a psicológica e a emocional. De acordo com a pesquisadora, a criança não tem condições de estabelecer limites em uma relação abusiva. Então, quando sofre essa violência e não possui

também um adulto como referência (emocional), passa a não verbalizar e não reage a ela. Em pesquisa realizada no centro de atendimento do Hospital das Clínicas, com 216 crianças e adolescentes, na idade de 12 a 16 anos, verificou-se o perfil dos agressores sexuais infantis como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Perfil dos agressores



Fonte: Fukumoto, Corvino, Neto (2011, p.76).

Segundo Gabel (1997), a complexidade do mecanismo de comportamento dos pais agressores pode provocar traumas sexuais na infância ou na adolescência. “Entre os sujeitos de que falamos aqui, existe uma proporção notável que sofreu por parte dos pais aquilo que eles próprios fazem com seus filhos ou outras pessoas, [...] muitos sujeitos são incapazes de se lembrar do que lhes aconteceu na infância” (GABEL, 1997, p.116). Deste modo, verificamos o ciclo da violência familiar.

Outro aspecto a se levar em conta no que diz respeito ao abuso sexual é que revela uma contradição no campo relacional. Além da desigualdade social, mostra a relação de poder que aí se estabelece, especialmente na relação entre o adulto e a criança. O adulto se coloca como proprietário do corpo da criança. Nesta relação, a criança não é concebida como sujeito e sim como objeto de prazer. Durante o século XIX, a sexualidade foi transferida para o interior da casa e a responsabilidade para os pais. Estes fatores geraram um pacto entre os envolvidos, muitas vezes um pacto de silêncio, “reservando-se o princípio do segredo” (FOUCAULT, 2014, p. 7), em nome de salvar a família e as relações de parentesco e comunitárias.

No século XXI, particularmente no Brasil, o atendimento às vítimas de abuso sexual é prescritivo e essencial para a proteção da criança, circunscrito na doutrina de proteção integral. Esta lógica jurídica e pedagógica amplia a responsabilidade pela proteção da criança para o Estado, a comunidade e a sociedade, e produz múltiplas inquietações nas instituições de proteção e cuidado.

O combate às práticas de violência e ao abuso sexual contra a criança tem centralidade no

ECA, que qualifica a dor e o sofrimento da criança. Verifica-se, hoje, a proliferação de espaços de atenção, escuta e cuidado. A escola ganhou a função social de promover ações contra todas as formas de violência contra a criança e isto reforça as políticas de prevenção que têm essa instituição como um de seus focos. A medida que a garantia dos direitos humanos e a democracia avançam, várias possibilidades e meios de proteção aparecem, requerendo uma formação específica do professor e a contínua transformação da escola num espaço dialógico, capaz de problematizar as práticas de violência.

O início do projeto no município de Caieiras

Como vimos, a violência e o abuso sexual na infância, infelizmente, ainda é algo que acontece. Com a intenção de conhecer e analisar uma experiência realizada em escolas do município de Caieiras, em São Paulo, optamos por uma pesquisa de abordagem qualitativa, realizada com cinco diretores de escolas, um psicólogo, um coordenador pedagógico e a diretora pedagógica do município. As entrevistas foram realizadas em datas agendadas, no local de trabalho dos participantes, sendo gravadas e transcritas em seguida. Com a audição dos áudios, foi possível identificar, muitas vezes, o som das crianças brincando. Os nomes citados durante as entrevistas foram substituídos por letras para preservar a identidade dos entrevistados. Denominamos como Psicóloga 1, Psicóloga 2, Diretor 1, Diretor 2, Diretor 3, Diretor 4 e Diretor 5. Os dados gerados foram organizados e analisados a partir de três categorias: o projeto, a escola e a formação docente; o projeto e a família; e o projeto e a criança.

Conforme a Lei 9.970/2000, o dia 18 de maio é considerado o “Dia nacional de combate ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes”. Essa data foi escolhida como uma forma de lembrar o caso da menina Araceli, de 8 anos, que foi sequestrada, estuprada e teve o corpo carbonizado. O objetivo é sensibilizar, mobilizar e trazer discussões nos mais variados espaços institucionais da sociedade, envolvendo profissionais de diferentes áreas, como educação, saúde, justiça etc., pois ainda é alarmante o número de crianças e adolescentes que sofrem abuso e exploração sexual. Com a intenção de projetar algumas ações preventivas, a Secretaria de Educação de Caieiras propôs que, nessa data, as escolas realizassem ações de prevenção a serem desenvolvidas no contexto escolar. Partiu-se da necessidade de colaborar com as escolas e auxiliá-las a lidar com o tema, visto que os profissionais da educação possuem muitas dificuldades com o assunto. A secretaria organizou um plano que teve como base, para todos os níveis, o uso do livro “Pipo e Fifi” (2013). Com ele, segundo os idealizadores do projeto, é possível abordar o tema de uma forma leve tanto com as crianças quanto com professores e pais.

O livro é considerado um manual de prevenção primária, ou seja, contribui com ações que visem à identificação de uma situação de violência sexual, antes que ela aconteça de fato. Inicialmente, a secretaria ofereceu palestras que tinham a preocupação de ensinar as crianças da Educação Infantil a nomear as partes do corpo levando-as a se perceberem como sujeitos de direitos e de escolha. Dessa forma, as crianças foram entendendo que poderiam falar abertamente sobre o tema.

Para o trabalho que foi realizado no Ensino Fundamental, segundo a psicóloga ¹, responsável pelo projeto, foi necessário o estabelecimento de parceria com a diretora pedagógica. O projeto teve início de forma tímida e com baixa adesão. A diretora pedagógica observou que o tema nunca havia sido abordado com professores e com alunos, nem na ordem curricular nem extracurricular. Em 2018, ficou estipulado que no ano letivo de 2019, haveria a realização de um projeto com duração de um ou dois meses. Esse calendário passou pelo Conselho Municipal de Educação e foi aprovado.

Na primeira etapa que aconteceu ainda em 2018, receberam o diretor do projeto Bilu, na SME. O diretor falou um pouco da realidade das crianças abrigadas e o número de crianças que estavam nessa situação: vítimas de abuso. Nesse mesmo ano, nas unidades escolares de Ensino Fundamental, foi realizado o trabalho com o livro “Pipo e Fifi”. A orientação era que as escolas trabalhassem com músicas, jogos e vídeos. No entanto, o trabalho realizado, segundo a diretora de ensino, não teve efeito multiplicador, pois alguns professores não quiseram abordar o tema. A ideia era que fossem confeccionados cartazes, panfletos e até mesmo uma manifestação com passeatas das crianças. Contudo, como não estava previsto no calendário, o projeto não foi obrigatório. Vale lembrar que o livro que deu origem às atividades sobre abuso sexual no município de Caieiras, “Pipo e Fifi” (2013), é um manual de prevenção primária, ou seja, pretende contribuir com ações que visem à identificação de uma situação de violência sexual antes que ela aconteça de fato. O objetivo do material é ensinar a criança a entender que ela é a dona do próprio corpo, que deve cuidá-lo e compreender o que é permitido ou não. O livro colabora na compreensão de que a criança tem direito de recusar carinhos e toques, mesmo que eles sejam inocentes, e a dizer não quando necessário. Ele também aborda que é preciso falar de forma direta com as crianças sobre as partes do corpo, nomeando, por exemplo, pênis, vulva etc. e evidencia as diferentes formas de toques que são permitidos ou não – toque do sim e toque do não.

Desta forma, o livro contribui para as crianças estabelecerem limites e, com isso, pretende levar a criança a identificar pessoas de confiança para procurar ajuda em situação de abuso, pois,

¹ Com o intuito de preservar a identidade dos entrevistados, nomeamos como Diretor 1, 2, 3, 4 e 5 de acordo com a ordem que realizamos as entrevistas, o mesmo se dá no caso das Psicólogas 1 e 2.

muitas vezes, nessa situação, a vítima sente vergonha, medo e culpa. A seguir, na figura 1, apresentamos a capa do livro.

Figura 1 - Capa e apresentação de “Pipo e Fifi”



Fonte: Arcari, 2013.

No ano de 2019, foram desenvolvidas as ações previstas no calendário. A seguir, apresentamos os dados que foram coletados de uma pesquisa feita cujo objetivo foi reunir informações que atestassem ou não se as ações desenvolvidas pela rede pública de Caieiras contemplavam a prevenção e o enfrentamento do abuso sexual. Os dados gerados foram organizados e analisados a partir de três categorias: o projeto, a escola e a formação docente; o projeto e a família; e a criança e o projeto. A seguir, apresentamos a análise do que foi produzido na pesquisa de campo.

O projeto, a escola e a formação docente

As diretoras, ao serem indagadas a respeito da importância do projeto, afirmaram que, além de colaborar na prevenção do abuso na infância, o livro “Pipo e Fifi” e o projeto idealizado pela Psicóloga 1 possibilitaram condições para o desenvolvimento socioemocional das crianças. As falas, a seguir, ilustram os aspectos que foram evidenciados anteriormente:

Diretor 1: O projeto deveria ser curricular, ser ministrado como aula disciplina, com uma psicóloga presente para capacitar e abordar o assunto tanto com os alunos quanto com pais e responsáveis. O momento que vivemos é essencial para o desenvolvimento socioemocional. O abuso sexual não é só o ato, é muito além, é uma agressão física, mental, verbal, muitos ali, inclusive, crianças, podem assistir a cenas impróprias como se fosse uma novela das oito, que fala de sexo e traição o tempo todo. Para mim, isso é uma violência. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) fala que temos que zelar pelas nossas crianças.

Diretor 2: Acredito que a importância do projeto é contribuir para evitar que as nossas crianças sofram abuso e/ou encorajar aquelas que estão passando por tal situação a denunciarem.

Diretor 3: O projeto nos proporcionou plantar uma semente, que vai ser disseminada, fez a diferença na vida de alguém, pois temos casos de alunos que se identificaram com

situações parecidas e vieram nos comunicar. Tomamos as medidas corretas de acordo com a lei, por isso o projeto acabou tornando-se importante para o diálogo com o aluno.

Diretor 4: É importante, pois esclarece muitas questões para a criança. Por exemplo: para falar sobre partes íntimas. “Mas por que parte íntima?” Íntimo porque é meu, é íntimo porque eu não posso deixar ninguém ficar mexendo porque, se acontecer alguma coisa, eu preciso falar. O material que nós recebemos da secretaria vem com um coração, é um alerta, se ele está disparando, é sinal de que tem alguma coisa errada. Trabalhamos bastante com este alerta. As crianças começam a pensar quando falamos do alerta principalmente. Então, se eles não tiverem confiança de vir contar para nós, em quem vão confiar?

Diretor 5: A importância é muito grande. Com esse trabalho, atingimos a minoria por ser um tema tão complexo para se falar, mas pelo menos a mensagem foi transmitida, e cada um teve sua visão no particular. Quebramos alguns tabus, pois muitos achavam que abuso era só um simples ato, mas isso vai além, tem muita coisa que podemos evitar, por isso achei de grande importância.

Analisando as falas da equipe gestora sobre o projeto na comunidade escolar, percebemos que a proposta é bem-vinda, visto que ela, ao mesmo tempo, orienta e previne. Vale ressaltar que o Diretor 1 propõe que o projeto poderia fazer parte do currículo escolar. Com relação a essa observação, já houve uma mobilização pela Secretaria Municipal de Educação (SME) em inserir o projeto no currículo, constando no calendário do ano letivo de 2020.

Também foi lembrado pela equipe gestora que o projeto abre espaço para falar sobre o corpo, de forma natural. Embora a proposta do projeto já estivesse presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), como um tema transversal, como o próprio documento relata, essa discussão ainda é tratada como tabu. Podemos exemplificar com o material elaborado por Arcari (2017), “Pipo e Fifi: como conversar com as crianças sobre nudez?” A criança se depara com a nudez em diversos contextos: na praia, creche, nas artes, pinturas em templos religiosos, quando há troca de roupas perto dessa criança, entre outras situações. Entretanto, o que fará a diferença é o modo que a família atuará em relação a isso. Algumas famílias tratam a nudez de forma natural: despem-se na frente uns dos outros (parcialmente ou não), tomam banho juntos, enquanto outras famílias preservam esses momentos como algo da intimidade.

Dessa forma, entendemos que devido à curiosidade da criança e ao fato de ela ainda não ter o conceito de pudor desenvolvido, ela pode querer tocar nos órgãos genitais do pai ou da mãe. É nesse momento que os pais precisam ensinar os limites em relação ao corpo e aos toques e tratar esse tema de forma natural. É assim que contribuimos para o rompimento de tabus. A fala do Diretor 5 reforça esse aspecto, valorizando o projeto.

A curiosidade sobre o corpo do outro é uma manifestação da sexualidade infantil, de acordo com o PCN de Orientação Sexual, assim como brincadeiras, piadas, músicas, imitações de gestos e atitudes que remetem à sexualidade adulta. O espaço escolar deve favorecer o esclarecimento de dúvidas e orientar sobre as inadequações desses gestos, contribuindo assim para o aluno aprender a distinguir as expressões que não são pertinentes ao convívio social.

Se os adultos e as crianças convivem com seus corpos expostos em um ambiente de espontaneidade, em que há respeito aos limites em relação aos toques e clareza de que as partes íntimas não devem ser tocadas, a menos que a criança precise de ajuda para higiene e troca de roupa, possivelmente essa exposição será saudável para que a criança tenha uma autoimagem corporal positiva e aprenda as diferenças anatômicas entre os sexos e entre os corpos dos adultos e das crianças (ARCARI, 2017, p. 15).

Além de ampliar a consciência do seu próprio corpo e o do outro, com a aplicação do projeto, observamos que os entrevistados entendem que o tema é relevante, pois se trata de um material de prevenção e um meio de reflexão para muitos alunos que estão sendo vítimas de abuso. O Diretor 3 entende o material como uma semente a ser disseminada. Assim, podemos compreender que os danos psicológicos podem ser diminuídos, evitando sofrimentos futuros. Entre eles, a psicopatia, os distúrbios psicológicos, a depressão, o suicídio, os transtornos de humor, entre outros, conforme mostrado por Serafim et al. (2009).

A criança, quando escolhe alguém para revelar seu segredo, encontra, muitas vezes, no professor, a pessoa de confiança. Essa escolha está baseada em empatia e na competência demonstrada pelo profissional (LANDINI, 2011). E, nesse caso, seja da confirmação ou de uma suspeita da vitimização de um abuso sexual, o professor necessita agir. Contudo, o tema é pouco discutido nos cursos de licenciatura.

Durante as entrevistas, observamos a expressão constante do temor que os profissionais da educação têm ao trabalhar o tema com seus alunos. Quando questionados sobre o motivo destes receios, surgiram três eixos: o primeiro diz respeito à falta de conhecimento e de segurança para falar sobre sexualidade com os alunos, pois surgem situações em que os professores precisam saber agir e perguntas que eles não sabem responder. O segundo eixo é a falta de segurança em relação à comunidade onde atuam. Muitos ficaram com medo de represálias, de causar problemas com os pais, pois alguns já tinham se deparado, inclusive, com pais que não quiseram que seus filhos participassem de aulas sobre reprodução humana. Isso se dá também devido às crenças religiosas. O terceiro está relacionado aos traumas. Muitos professores também sofreram abuso sexual na infância ou passaram por situações semelhantes com seus filhos e/ou algum familiar próximo.

Os depoimentos evidenciam a necessidade de práticas dialógicas e formativas para problematizar temáticas de difícil abordagem no ambiente escolar, tais como a violência e o abuso sexual. Vejamos dois depoimentos:

Diretor 1: O que eu acho mais importante [é] uma capacitação precisa, para habilitar esses professores, e ver o quanto eles estão envolvidos nesse projeto. Formações precisas, porque não adianta dar a um projeto meios dedos e meias palavras, pois não vai passar segurança, então vai ser mais uma conversa, “uma varridinha por cima”, e não é esse o intuito. Se o projeto vai falar sobre abuso sexual, tem que ir a fundo, como tantas pessoas estão abrindo as portas para falar de abuso sexual, e a escola é o canal que precisa ter na comunidade um trabalho preventivo e também um trabalho de conscientização, com quem ainda não sofreu e um trabalho de acompanhamento com quem já sofreu. Havia professores aqui também que as próprias filhas foram abusadas sexualmente e não estavam preparados de forma alguma para aplicar aquele projeto, então só abordaram superficialmente, sem as informações precisas. O profissional que vai aplicar esse projeto tem que ter muitas informações, estar muito seguro e não rolar um sentimento, porque eu sei que o sentimento precisa ser tratado. E, quando o nosso profissional não é tratado, ele oculta muitas coisas, por que ele pega os sentimentos dele e deixa falar mais alto. E isso prejudica a comunicação real dos fatos para o nosso aluno, porque ele omite dados.

Diretor 4: Tem várias questões: a questão moral, a religião, o receio sobre o que o pai vai falar, os professores têm medo de como a informação chega à casa do aluno, como o filho conta em casa, então tem professora que não consegue falar sobre isso. Tem até professoras que, quando a menina menstrua na sala, elas não conseguem abordar o assunto. Exemplo: uma criança menstruou pela primeira vez, e a professora veio com a aluna, que estava super calma enquanto a professora estava desesperada “e agora, o que eu faço”? Eu falei para aluna: fique calma, vá ao banheiro que eu vou buscar um absorvente. Dei um absorvente para ela e falei: agora você tem uma vida toda para receber essa visita. Então falta um pouco da abordagem sobre esses assuntos com os professores, não sei se isso é falta de vivência, mas é preciso encarar isso como uma coisa natural, é triste... Hoje eu tenho 26 professores e uma porcentagem muito pequena, apenas cinco professores que conseguem desenvolver o tema muito bem na sala de aula, os outros têm um bloqueio muito grande.

A idealizadora do projeto (diretora pedagógica) observou que uma das falhas na execução do projeto foi a falta de investimento na formação do professor. Deste modo, muitos não conseguiram aplicar o projeto de forma significativa. Por isso, no ano de 2018, o projeto surgiu como uma proposta para aqueles professores que se sentissem à vontade para falar sobre o tema.

Não houve um investimento tão grande no processo de formação de professor. Faltou tempo, talvez tenha faltado um pouco mais de investimento da minha parte, talvez eu não tenha entendido realmente como iniciar a falar de uma coisa tão impactante (diretora pedagógica).

O resultado, de acordo com a diretora pedagógica, é que somente 50% dos professores da rede conseguiram realizar as atividades de forma significativa em 2018, ou seja, elaborando aulas, apresentando as matérias e criando atividades. Nesse sentido, o projeto foi iniciado para o lançamento da proposta e como um alerta para a violência que está presente na sociedade.

Diretora Pedagógica: Não chegamos a fazer com todas as séries, não vou precisar números, era para ter sido feito, porque nós ficamos um mês para fazer e desenvolver o projeto, mas alguns professores cantaram só uma música, outros mostraram só uma imagem, porque foi um jogo daqui. Nós organizamos um jogo para cada escola, organizamos cartazes para cada escola, nós organizamos *folders*, panfletos, deveria ter sido feita uma manifestação, uma passeata, então, poderiam acontecer. Como foi o primeiro ano, e não estava previsto no calendário, para não ficar um “projecinho”, uma coisa impositiva. Olha, é uma coisa que está gritando, que para a gente é uma coisa muito séria, precisamos de um material de pesquisa feito pela secretaria e esse, “venha pra cá, professor, que precisamos conversar um pouquinho”, acho que não teve a maestria de etapa por etapa. Ficaram com medo. Assustados...

Em 2019, o projeto foi designado para os diretores das unidades escolares aplicarem. Abordaremos a experiência no item abaixo, “A criança e o projeto”. De acordo com as entrevistas, a questão da dificuldade de implementação não se restringiu à falta de formação, conforme já referido. Os professores também possuem suas crenças e experiências pessoais, por exemplo, o relato do Diretor 1, no qual observa que os professores necessitam de atenção em relação aos seus sentimentos, visto que estão suscetíveis a situações como esta, como qualquer outro profissional. Muitos professores precisam lidar com seus traumas. Em seu relato, a diretora pedagógica lembrou:

duas pessoas, durante a palestra do diretor do projeto Bilu, precisaram sair da sala, porque elas passaram por isso em uma época da vida e, quando ele trouxe isso à tona, fez muito mal para essas pessoas. E aí, puxa vida, a gente desenterrou uma série de eventos psicotraumáticos para essas pessoas. E que estrutura eu tinha naquele momento para conseguir lidar com a situação? Isso também foi complicado, porque a gente lança a situação, mas não faz ideia do que tem na porta de cada um, no telhado de cada um. Então foi uma surpresa para mim quando as pessoas desmoronaram ali. Falei “eita, o que eu fiz de errado?”.

A falta de debate e a carência de documentos oficiais, como demonstrou Ikefuti (2012), relacionados ao tema abuso sexual infantil, recaem sobre a formação dos professores durante o seu processo de formação profissional, pois o item não é colocado em discussão ou, quando é discutido, não acontece de forma significativa. Logo, muitos desconhecem possíveis sinais de que um aluno possa estar sendo vítima de violência sexual e, portanto, encontrarão muitas dificuldades para agir diante da situação, seja por medo de enfrentar o processo judiciário seja por lidar com suas emoções devido à sensibilidade do tema.

No entanto, quando falamos de abuso sexual, lembramos o depoimento dos Diretores 1 e 4, que observaram que o professor também possui traumas, valores e, muitas vezes, tais fatores são determinantes para o desenvolvimento do trabalho. De acordo com Landini (2011), apesar de a notificação ser obrigatória, o número de denúncias ainda é baixo. Isso se dá devido à delicadeza do tema. Os profissionais da educação sentem-se em uma situação complexa, com dilemas até relacionados à criança e sua família, principalmente se a suspeita não for confirmada. Caso o

profissional não se sinta preparado para lidar com o tema, a autora indica deixar para colegas mais bem preparados.

O projeto e a família

A família é um grupo social responsável pela transmissão da herança cultural por intermédio dos papéis existentes em cada matriz familiar. A relevância do tema – abuso sexual na infância –, muitas vezes, nas escolas não é compreendida pela equipe escolar, configurando, assim, um desafio na aplicação do projeto.

De acordo com o que foi observado neste trabalho, o abuso sexual ainda é tratado como um tabu e a responsabilidade pela discussão, na maioria das vezes, não perpassa na família e sim na escola. Nesse sentido, abordar o tema passa a ser um desafio. Constatamos que, ao trabalhar a pesquisa, os gestores e a comunidade escolar sentiram receio e dificuldades em discutir com os pais. A diretora pedagógica relata, durante a entrevista, a complexidade de abordar a temática sobre reprodução humana, camisinha e doenças sexuais transmissíveis, devido aos valores familiares de alguns alunos.

Vieram os questionamentos dos motivos de falarmos desse assunto com crianças tão pequenas, por que falar deste tema com crianças, falar de partes íntimas, vagina, pênis, introdução, de adultos mexendo nas partes íntimas? Então parece que provoca a vontade de fazer, que provoca o querer, estimula a curiosidade. Então a parte contrária de algumas famílias é isso, se você toca no assunto, você desperta curiosidade “meu filho não está na idade de despertar a curiosidade sobre o que é um pênis, uma vagina, o que é um contato íntimo ou um toque”. E, aí, a gente vê a sociedade muito fechada, eu não sei, é muito preocupante... Eu tenho conteúdo de sistema reprodutor, tenho que falar do sistema reprodutor (ela trabalha como professora de Ciências no Ensino Médio). E quando a gente vai falar de camisinha, as mães ficam furiosas, porque você vai falar de camisinha, porque ela é necessária, como precisa ser utilizada, então parece que tudo é manifestação, que você está abrindo as portas. Fazendo que o aluno queira fazer aquilo... A escola perde muito quando se trata de assuntos da ordem da sexualidade, porque nunca é da ordem do conhecimento, e sim da ordem da ampliação de curiosidade de crianças pequenas... Ainda bem que são alguns pais. Não é a maioria, mas pais de aluno de primeiro ano, eles ligam aqui... “Eu não gostaria que minha filha estivesse na sala quando o assunto for discutido”. “Então tá bom... Vamos avisar a professora”, nós falamos.

Nessa fala, dois elementos merecem destaque: o primeiro trata da questão de que alguns pais acreditam que falar com a criança sobre sexualidade é um fator que desperta sua curiosidade sobre sexo, assim como sua vontade de experimentar. A segunda questão é que, no pensamento dos pais, o tema sexualidade está sempre na ordem da curiosidade empírica e nunca do conhecimento científico. Observamos que até mesmo o conteúdo “sistema reprodutor” pode causar, em alguns casos, inquietações e descontentamento familiar.

De acordo com a pesquisa, a equipe gestora mostrou, a princípio, preocupação e dificuldade em abordar o tema com os pais. A diretora pedagógica observou que, em 2018, os diretores

escolares ainda estavam receosos com o projeto. No momento de debate sobre a aplicação do projeto, quando seriam definidas as etapas, alguns diretores decidiram não realizar uma reunião com os pais. “Decidiu-se não fazer a reunião com os pais, uma vez que a pauta pode dar a entender que a escola está comunicando algo como ‘aqui vivem pessoas que manifestam esse tipo de comportamento’” (diretora pedagógica). Muitas escolas, apesar do receio dos pais e da falta de apoio deles, conseguiram aplicar o projeto de forma significativa em virtude das orientações e justificativa sobre sua relevância.

Quando questionados sobre como os pais reagiram com o projeto inserido na escola, as equipes gestoras, em sua maioria, responderam que, em 2018, os pais estavam muito questionadores, já, em 2019, entenderam melhor o tema e o receberam mais confortavelmente.

Diretor 1: É um tema muito delicado de falar, tanto com a família quanto com os alunos. Mas se faz necessário, né? Muitas vezes, as crianças podem estar vivenciando isso dentro da própria casa, e a escola é o único refúgio que elas têm de segurança, para conversar e receber apoio. A escola, muitas vezes, é que vai explicar para essa família quais os órgãos competentes que ela tem de buscar, assim como todo questionamento que vier devido ao tema. E buscar um tratamento tanto para o agressor quanto para quem está sendo vítima.

Deste modo, entendemos que as famílias tendem a resistir quando não conhecem o objetivo do trabalho, porém, ao entenderem sua importância e benefícios para crianças e adolescentes, acabam reivindicando a orientação sexual. O trabalho de orientação sexual tanto para crianças e adolescentes quanto para seus familiares é relevante, pois, como explica Sanderson (2005), os elementos históricos e culturais estão presentes em todos os indivíduos e interferindo diretamente não só na construção de identidade, mas também nos conceitos sobre o mundo. Quando os pais possuem uma visão negativa a respeito da sexualidade, a criança também incutirá esse valor. Segundo o autor, podemos compreender a ideia como uma herança cultural, ou seja, essas atitudes dos pais em relação à sexualidade foram originalmente adquiridas em sua própria infância e refletidas em atitudes e crenças transmitidas por seus progenitores.

No primeiro relato, o Diretor 1 ressalta que o assunto, mesmo sendo complexo, é fundamental e que qualquer item que gere dúvidas, assim como questões de impacto devem ser esclarecidas. Tais aspectos também foram mencionados pelos Diretores 4 e 5. O Diretor 4 relata a necessidade de os pais irem em busca de informação. Embora muitos cheguem de forma agressiva, ao conversar, aceitam a explicação após entenderem como o trabalho desenvolvido favorece a criação de uma relação de confiança com as crianças e os adolescentes.

O fato de o Diretor 3 relatar que, em 2019, os pais foram muito mais receptivos à proposta do projeto, pois já conheciam o tema, pode sinalizar que é necessário dialogar com a família,

explicitando a importância de se falar sobre o tema no ambiente escolar. Assim como diz Brino (2006), o projeto de prevenção ao abuso sexual engloba os pais também como agentes de prevenção. Em sua proposta, as atividades contemplavam a intervenção com o professor, a família e a criança.

A temática, quando abordada na escola, deveria ter caráter preventivo, conforme já foi abordado aqui. Quando nos referimos ao abuso sexual, conforme indicado no gráfico no início deste trabalho, o índice maior de agressores pertence à família ou a pessoas de confiança que vivem próximas da criança. Quando o Diretor 1 demonstra preocupação sobre como o aluno vivencia a violência intrafamiliar, avaliamos a necessidade de entender a teoria crítica da violência familiar, pois as pesquisas mostram que o maior índice de violência sexual em crianças e adolescentes está no âmbito doméstico.

É necessário que a comunidade escolar compreenda não só a teoria crítica, mas o contexto social e histórico da família dos alunos, ao lidar, por exemplo, com a temática sobre a violência sexual. Um trabalho multidisciplinar e intelectual pode aliviar a “miséria humana” (AZEVEDO, 2015, p. 44). A família, de acordo com Castro e Ribeiro (2011), é o primeiro local de socialização da criança. Mesmo com as mudanças das abordagens no estudo da família, o papel dessa instituição é o de formar ideias e ingressar a criança na cultura. Observamos, na pesquisa, as falas das Psicólogas 1 e 2, quando questionadas sobre a participação da família no projeto, conforme abaixo:

Psicóloga 1: É muito mais difícil você conseguir cuidar de uma só pessoa porque, no caso da criança, não é só a criança, você tem que cuidar de todos (Ela relata o caso de uma criança da rede com suspeita de abuso). Nesse caso, fizemos uma avaliação e vimos a necessidade de acompanhamento psicológico para toda a família.

Psicóloga 2: Percebemos que os pais evitam falar sobre o assunto, saber mesmo... Chegar uma mãe dizendo “ela foi abusada ou ele foi abusado”, não, isso em quatro anos que estou aqui, nunca recebi caso assim, que a mãe chegue explicitamente falando. E eu até acho que é, talvez, por envolver a escola do filho ou da filha, “poxa, se eu falar pra ela, será que ela não vai falar para a professora”, “o que será que os amigos vão falar”, esse tipo de fala tem muito. O abusador é algum membro da família, muitas vezes, o pai, mas eu vejo, não tanto aqui em Caieiras, mas nos casos que eu acompanho, sempre tem a ver com o padrasto ou alguém que não é o pai biológico, como um namorado, um tio, um vizinho. Já a experiência que eu tenho em outro espaço, trabalhando com adulto, aí eu incluo homens e mulheres, os relatos são mais sobre ser o pai biológico (o abusador).

As duas psicólogas relatam que não é possível cuidar das crianças isoladamente. Seria necessário realizar um trabalho em parceria com a família. Na fala da Psicóloga 2, é possível constatar, pela sua experiência profissional, que os agressores sexuais possuem vínculos com a criança. Muitos dos seus pacientes referem ser vítimas do próprio pai, padrasto ou uma pessoa próxima a eles.

Tanto na terapia familiar quanto no trabalho de prevenção, devemos contar com a participação dos pais nas escolas, uma vez que eles podem contribuir com informações e cuidados

de prevenção. Contudo, muitos desconhecem a temática. Isso pode ser observado nas respostas das equipes gestoras, pois muitas relatam que, somente após o esclarecimento sobre o projeto, os pais conseguiram compreender a sua relevância. Brino (2006) afirma que o programa que envolve os pais como colaboradores é aquele que de fato atinge sua efetividade, visto que os responsáveis aprendem também a ensinar seus filhos a se proteger. Assim como demonstra a experiência do Diretor 3, na qual ele comprovou que, em 2018, por falta de orientação e informação, os efeitos do projeto foram inexpressivos. Diferentemente da experiência de 2019, na qual a escola conseguiu aplicar o projeto de forma significativa.

A criança e o projeto

Conforme verificamos até o momento, o projeto sobre abuso sexual desenvolvido em Caieiras foi considerado uma ferramenta para a prevenção da violência sexual. Em 2018, em seu primeiro ano, o projeto constituiu-se como um laboratório para provocar o assunto no ambiente escolar, como menciona a diretora pedagógica:

Tudo começou do zero, mas com um monte de copie e cole, inclusive de questões que a gente ainda está estudando. Então achamos um vídeo aqui, uma leitura ali, mas tentei procurar material de referência de prefeituras, do Estado e não tem. A gente não acha material de referência. Dificuldades ainda existem para tratar sobre esse tema com a família. Precisamos investir para que esses alunos falem com os pais. Então a ideia é que seja mantido no calendário e que envolva maior número de pais para o ano que vem, que não fique uma coisa só para o professor.

Ao analisarmos o trecho acima, constatamos que a diretora pedagógica se preocupou em buscar referências e materiais disponíveis na internet, para o aprofundamento da temática, pois era a primeira vez que o tema seria abordado em sala de aula. Apesar disso, esbarrou em algumas dificuldades quando o projeto foi colocado em prática, como o receio dos professores com a reação dos pais. Em 2019, foi lançada a mesma proposta aos professores, porém, houve uma mudança de estratégia na implantação. Segundo a diretora, a criança passou a agir como protagonista, atuando como participante na execução. Em razão de os professores estarem receosos, foi sugerida a participação das crianças. Para a diretora pedagógica:

Aos professores que sentiram receio para falar com as crianças, eu falei: espera, deixa as crianças falarem para os professores então. Para eles se sentirem realmente à vontade com o assunto. (...) Eu tive ajuda de professores, de gestores, de pais, mas, quando é a voz das crianças, o grito parece ecoar em uma profundidade maior e sem a prerrogativa de que estamos fazendo apologia ao sexo, que pode acontecer quando só o adulto fala.

A partir disso, ficou decidido que os gestores instruiriam os professores e que eles deveriam trabalhar com os alunos dos últimos anos iniciais do Ensino Fundamental, participantes do Grêmio Estudantil. Os alunos, professores e a equipe gestora deveriam estudar o tema com o objetivo de apresentar alguma atividade aos pais e professores no 1º Workshop de Combate ao Abuso Sexual. Esta apresentação estava prevista para a Semana de Combate e Exploração ao Abuso Sexual Infantil, que ocorreu no dia 23 de maio de 2019.

Observamos, na fala da diretora pedagógica, que houve uma aderência das escolas, com exceção de uma. Quando questionamos a equipe gestora sobre o protagonismo das crianças e as ações que as escolas realizaram, obtivemos as seguintes respostas:

Diretor 1: Em 2018, foi a professora do Módulo a responsável por aplicar o projeto, com roda de conversas e apresentação do livro *Pipo e Fiji*. Em 2019, os alunos do grêmio apresentaram um teatro com o objetivo de sensibilizar os professores presentes. Nossas crianças, uma vez informadas, se tornam disseminadoras, e esse é o papel fundamental da escola. Por isso que eu acho que tem que ter, primeiro a capacitação dos professores com agentes formados nessa área, com profissionais capacitados... Porque, para quem não tem a informação, pode parecer que abuso sexual é só o ato de penetração. Eu falo que, quando eu era pequena, quando eu trabalhei esse tema, quando você é uma criança, você não tem noção do que é um beijo na boca, e, muitas vezes, um tio ou um primo mais velho gosta desta questão de beijo de boca e isso é um abuso.

Diretor 2: Em 2018, não houve aderência. Mas, em 2019, as crianças participaram de apresentações enfatizando os cuidados, bem como a importância de denunciar, também utilizando as orientações do livro *Pipo e Fiji*. Procuramos realizar atividades com músicas, historinhas e trouxemos também uma palestra voltada não somente às crianças, mas também aos pais. Durante as atividades, tivemos salas em que as crianças se sensibilizaram bastante.

Diretor 3: O projeto nos proporcionou plantar uma semente, que vai ser disseminada, fez a diferença na vida de alguém. Como no caso de uma criança que nunca teve chance de falar sobre a violência que vivenciou. A professora relatou que, agora, tinha chance de ajudar outras pessoas, ela disse que queria mostrar aquele telefone, o disque 100, no dia da apresentação. Um familiar comentou comigo que a criança estava mais calma, que começou a falar sobre o assunto e que não falava de jeito nenhum. Este familiar relatou que ela começou a fazer papelzinho com disque 100, para distribuir na escola. Então, o projeto abriu um caminho para ela. Falei que ela era um exemplo de pessoa, e ela introjetou isso. E, no dia da apresentação, ela foi com toda força.

Diretor 4: Eu acho que é um trabalho muito válido, porém não é tudo, eu acredito que a apresentação dos alunos seria um produto final, e o ideal teria sido fazer como fizemos no ano passado, porém juntando também o trabalho e a pesquisa dos alunos deste ano. O problema é que não conseguimos dar conta porque temos muitos projetos e não conseguimos dar ênfase em tudo. Então, com a ideia do ano passado e o jornal deste ano, o resultado poderia ter sido mais válido ainda, porque são alunos de quinto e quarto ano, então eles trazem muita informação e possuem muita autonomia para entender o que está acontecendo, mas o problema é que ficou restrito para essas séries. Apesar de terem apresentado também para o pessoal da escola, a criança pequena não vai entender, tendo somente aquele momento de contato com o tema.

Diretor 5: Foi muito gratificante ver o resultado final, muito positivo porque ampliamos a informação para quem não tinha, com parcerias através de palestras e apresentações de alunos na escola. Esse ano, percebi que tivemos um avanço maior na participação da comunidade na escola e que os alunos estão mais por dentro do tema. Aquele medo ou tensão de falar sobre o tema por parte dos professores diminuiu um pouco.

Analisando as falas anteriores, o Diretor 1 afirma que houve avanços na implantação do projeto: as crianças estão mais envolvidas e os professores mais seguros em participar. Aqui, retomamos a relevância de refletir sobre o papel da criança na sociedade. Ela não reage passivamente aos estímulos que oferecemos (CORSARO, 2011), constrói seu conhecimento e produz ajustes secundários, ou seja, adapta o conhecimento a sua realidade, causando uma transformação ao seu redor.

No relato do Diretor 3, também observamos que, para ele, a realização do projeto propicia espaços importantes para a prevenção do abuso. Exemplificando isso, durante as ações desenvolvidas, uma criança relatou que sofreu abuso quando era menor. Enfim, para o diretor, a participação das crianças torna o projeto mais significativo para elas. Compactuando com as mesmas diretrizes estabelecidas pelos diretores, a Psicóloga 2 também acredita ser importante as crianças se apropriarem do tema e terem espaços para falar sobre o assunto. Além disso, esse movimento colabora na constituição da cidadania e, por último, chama a atenção dos próprios adultos, fortalecendo a criança diante da temática. Ela afirma:

Primeiro, porque mobiliza aquela criança que está ali, mais quieta, se sentindo fragilizada, e sem coragem para falar... Isso tudo traz a criança para “opa, será que eu posso falar? Será que eu encontro um apoio?” Segundo, eu acho que é também importante fortalecer as próprias crianças para elas se envolverem neste tipo de ação... E não só em relação a abuso sexual, mas também em outros temas... É importante elas participarem da vida pública como cidadãs. Terceiro ponto, é sobre o fato de chamar a atenção dos próprios adultos. Antes, era um grande tabu. Vamos pegar, por exemplo, a infância daquela sua amiga que foi abusada sexualmente. Naquela época, imagina uma criança de oito anos, simplesmente começar a falar de um assunto desse. Ou ela seria espancada... Dá até pânico imaginar o que poderia acontecer. É o que já deve ter acontecido com muitos. Então, se hoje as crianças têm força, se elas podem falar, os adultos podem se identificar muito com essa possibilidade de falar. Eu acho muito bom.

Uma questão expressiva é o posicionamento da criança como sujeito de direitos e participativo dos processos que irão influenciar direta ou indiretamente o seu bem-estar (QVORTROP, 2007), reforçada na “Convenção sobre os Direitos da Criança”. É um direito da criança ter seu lugar de fala e acesso a informações que lhe são pertinentes e de utilidade sociocultural. Segundo o artigo 17 da Convenção sobre os direitos das crianças, 1989:

Os Estados Partes reconhecem a importância da função exercida pelos órgãos de comunicação social e asseguram o acesso da criança à informação e a documentos provenientes de fontes nacionais e internacionais diversas, nomeadamente aqueles que visem promover o seu bem-estar social, espiritual e moral, assim como a sua saúde física e mental.

Observamos que a equipe gestora é receptiva e entende a importância da participação da criança no projeto. O Diretor 5 ressalta que, neste ano, o trabalho foi bem mais relevante com a

participação dos alunos, pois as crianças não têm medo de falar sobre o assunto. Destacamos que, inicialmente, a participação das crianças não estava prevista. Devido, porém, à insegurança dos professores, as crianças foram inseridas como estratégia para sensibilizá-los sobre o interesse da temática.

De acordo com as entrevistas, as equipes gestoras utilizaram o teatro, a música, as manifestações artísticas em geral como formas de expressão e canais para iniciar o diálogo com a juventude. Os jovens e as crianças que praticam violência possivelmente reagem com a violência à qual são submetidos. O teatro foi realizado por duas das escolas entrevistadas (Diretor 1 e 2), com atividades que envolviam músicas, danças, histórias e palestras. Na escola do Diretor 4, os alunos apresentaram no Workshop um jornal elaborado por eles. Os Diretores 3 e 4 relataram que, além do Workshop, houve apresentações na escola para alunos das demais séries. Os depoimentos das equipes gestoras revelaram que, com a participação das crianças, o trabalho foi mais significativo para aqueles que apresentaram engajamento e comprometimento com o projeto.

Podemos relacionar as experiências relatadas pelas equipes gestoras com a cultura de pares infantis, ou seja, as crianças estão inseridas em uma gama de atividades que envolvem valores, realizam produções e as compartilham, interagindo com os demais, seja com seus pares ou com os adultos. O sociólogo Corsaro (2011) também observa que, embora a criança seja utilizada como um tema para elaborar discursos, suas vozes raramente são ouvidas. Ainda prevalece a ideia de que essa criança irá se tornar e não sobre o que ela é no presente. Entretanto, foi possível constatar que criança, em meio a uma violência, conseguiu levantar sua voz e fazer valer a garantia de seus direitos de falar e de se impor diante de uma violência.

Considerações finais

Durante a realização pesquisa, identificamos que o projeto propiciou condições de desenvolvimento psicossocial. As equipes gestoras entenderam que a proposta do projeto agregava conteúdos e conhecimentos ao ambiente escolar, sendo sugerida, por um dos diretores, que fizesse parte do currículo. No que se refere à aplicação do projeto, esbarramos em algumas dificuldades, como a falta de formação dos professores e o receio da comunidade escolar em relação à reação dos pais. Nas falas dos gestores sobre à capacitação dos professores, observamos o interesse em contribuir para que a proposta chegasse de forma significativa em 2018. Dessa forma, constatamos a exigência de se investir na capacitação e humanização do professor, assim como no incentivo à pesquisa, como apostam Brino (2006) e Ikefut (2012).

Outra dificuldade relatada diz respeito à família. Verificamos que, assim que o projeto foi iniciado, os pais demonstraram preocupação com a temática. Foi necessária a intervenção da equipe

gestora que, por meio de conversas, esclareceu os motivos e a importância do tema. Consequentemente, no ano de 2019, os pais estavam com uma aceitação maior. Por fim, com o intuito de sensibilizar pais e professores, a diretora pedagógica optou por dar voz aos alunos. Observamos, de acordo com os relatos, que houve mobilização e engajamento por parte das crianças que demonstraram seu protagonismo diante do tema durante as apresentações do projeto. Nessa perspectiva, consideramos que a SME do município de Caieiras está avançando na superação de tabus em relação à temática, do mesmo modo que contribui para a conscientização de pais, alunos e professores sobre a importância de prevenção do abuso sexual. Vale ressaltar que o professor, o educador e a escola não estão sozinhos e que contam com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança, assegurados pelo Poder Judiciário.

Referências

- ARCARI, Caroline. *Piço e Fifi: Prevenção de violência sexual na infância*. Rio de Janeiro: Cores, 2013.
- ARCARI, Caroline. *Piço e Fifi: como conversar com as crianças sobre nudez?* Rio de Janeiro: Cores, 2017.
- AZEVEDO, M. Contribuições brasileiras à prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes. In: WESTPHAL, M. F. (Org.). *Violência e criança*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 128p.
- BARBOSA, Gabriela Ferrarese. O segredo de família. In: PIZÁ, Graça; FERRARESE, Gabriella (orgs). *A violência silenciosa do incesto*. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2004.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais de Orientação Sexual*. Brasília: 1999.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília: 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. *Violência contra a criança e o adolescente: proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica*. Brasília: MS, SASA, 1997.
- BRINO, Rachel de Faria. *Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil: avaliação de um programa de capacitação*. 258 p. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.
- BRUSCHINI, Cristina. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. (Orgs.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. – 7. Ed – São Paulo: Cortez, 2015.

- CORSARO, William. *Sociologia da Infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA. *In: Pactos da Humanidade*, 24 documentos que influenciam o presente e o futuro. Aldeia Sul, Passo Fundo, RS, 1997.
- FERRARI, Dalka Chaves de Almeida. Visão histórica da infância e a questão da violência. *In: FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza C. (Orgs.). O fim da violência familiar*. São Paulo: Ágora, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- FUKUMOTO, Ana Esther Carvalho Gomes; CORVINO, Juliana Maria; NETO, Jaime Olbrich. Perfil dos agressores e das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Rev. Ciênc. Ext.* 7(2), 2011.
- GABEL, Marceline. *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus, 1997.
- IKEFUTI, Michelle Venâncio. *Concepções de licenciados sobre violência sexual e políticas educacionais*. 2012. 127 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2012.
- LANDINI, Tatiana Savoia. *O professor diante da violência sexual*. São Paulo: Cortez, 2011.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O significado Social e para a Saúde da Violência contra as Crianças e Adolescentes. *In: WESTPHAL, Marcia Faria. Violência e Criança*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- QVORTRUP, Jeans. Bem-estar infantil em uma era de globalização. *In: SEATA, Beatriz Regina; SOUZA NETO, João Clemente; NASCIMENTO, M^a. Letícia B. P. Infância: Violência, Instituições e Políticas Públicas*. São Paulo: Expressão e Arte, 2007.
- ROCHA, Therezinha. Da violência à denúncia: a violência sexual e os recursos médicos. O segredo de família. *In: PIZÁ, Graça; FERRARESE, Gabriella (orgs). A violência silenciosa do incesto*. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2004.
- SANDERSON, Christiane. *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia*. São Paulo: M. Books do Brasil Editora LTDA, 2005.
- SERAFIM, Antônio de Pádua et al. Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Rev. psiquiatr. clín.* v.36, n.3. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832009000300004>. Acesso em: 4 out. 2019.
- WESTPHAL, Marcia Faria. *Violência e criança*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.